

Eixo Temático

Política Educacional

Título

A política educacional da ditadura civil-militar brasileira: os Ginásios Orientados para o Trabalho no Estado do Paraná

Autor(es)

Joice Estacheski

Instituição

Universidade Federal de São Carlos

E-mail

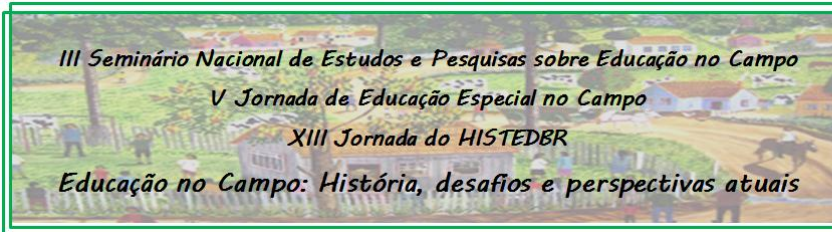
joiceestacheski@gmail.com

Palavras-chave

**Ginásios de Orientação para o Trabalho – História das Instituições escolares –
Política Educacional - Ditadura Civil-militar**

Resumo

O presente trabalho compõe parte do projeto de doutorado desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos e propõe-se à investigação da implantação e implementação dos Ginásios de Orientação para o Trabalho no Estado do Paraná de forma a estabelecer sua relação com o processo de continuidade do projeto burguês proposto pela Reforma Capanema, ao mesmo tempo que pretendemos configurar sua relevância para o contexto educacional deste Estado. Os denominados GOT's foram concebidos pela ditadura civil-militar brasileira por meio dos acordos MEC-USAID, com o objetivo de 'vocacionar' os estudantes do segundo segmento do 1º Grau ao ingresso dos cursos profissionalizantes do 2º Grau. O objetivo educacional estabelecido foi o de preparar sujeitos facilmente 'treináveis', capazes de 'colaborar com o progresso nacional atendendo às empresas estrangeiras que se



instalavam em solo brasileiro no período desenvolvimentista, ou seja, era necessário vislumbrar sujeitos facilmente ‘treináveis’, capazes de ‘colaborar com o progresso nacional.

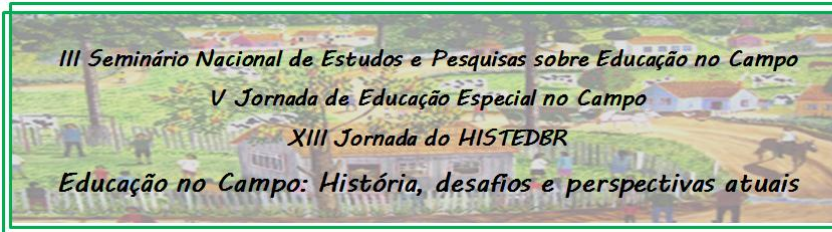
Texto Completo

O interesse pela temática e objeto de pesquisa aqui exposto não emerge de uma especificidade individual, muito embora o interesse pelo período de pesquisa proposto sempre se fez presente por toda a trajetória acadêmica.

Por ocasião da produção da dissertação, sentimos necessidade do estabelecimento da relação de trabalho constituída historicamente pelo viés da Lei nº 5.692/71 para o então 1º Grau. Faz-se *mister* esclarecer que o primeiro capítulo da dissertação retoma as questões históricas da educação profissional, quando, então, nos deparamos com a necessidade em apontarmos as concepções do Estado do Paraná diante da implantação dos GOT's, ou seja, Ginásios Orientados para o Trabalho, também denominados como Escolas Polivalente. No entanto não encontramos estudos que reportassem à tal temática, verificando-se assim a necessidade no encaminhamento da pesquisa aqui proposta de forma a ampliarmos a compreensão da história da educação concebida na década de 1970.

A fim de contribuir com o campo científico estabelecemos como objetivo geral da pesquisa a análise do processo histórico de implantação e implementação dos Ginásios de Orientação para o Trabalho (GOT's), estabelecendo sua relação com o processo de continuidade do projeto burguês proposto pela Reforma Capanema, mais especificamente ao Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, de forma a configurar sua relevância para o contexto educacional paranaense.

Há estudos que abordam este objeto de pesquisa em alguns estados da federação, como é o caso de Araújo (2005) na Bahia e Resende (2011) em Uberlândia, Minas Gerais, porém no Paraná, por meio de um breve levantamento das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação *strictu sensu*, não detectamos a existência das mesmas. Consideramos uma temática de suma importância à história e à historiografia da educação tendo em vista que, em um primeiro momento, das 265 Escolas Polivalentes projetadas para serem construídas em território nacional, com o



apoio da Aliança para o Progresso, 9 foram construídas no Paraná¹. É salutar enfatizarmos que “[...] é sempre necessário que se investigue o desenvolvimento da lógica interna de cada instituição escolar, buscando perceber o paradigma educacional por meio do qual a sua história foi se constituindo [...]” (BITTAR & FERREIRA, 2009, p. 504).

Ao propormos tal estudo, concordamos com Ester Buffa (2002, p. 25), uma vez que, em nosso caso, tais instituições foram especialmente projetadas a partir das exigências da política educacional dos anos 1960 e 1970,

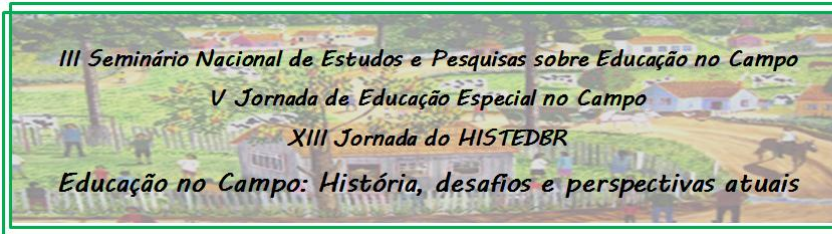
Pesquisar uma instituição escolar é uma das formas de estudar filosofia e história da educação brasileira, pois as instituições escolares estão impregnadas de valores e ideias educacionais. As políticas educacionais deixam marcas nas escolas (BUFFA, 2002, p. 25).

Para Bittar e Ferreira (2009, p. 503),

As instituições como fenômenos singulares, só existem historicamente no interior de uma determinada formação econômico-social. Por sua vez, a formação econômico-social não é um simples conglomerado de indivíduos ou agregado mecânico de fenômenos sociais independentes, mas é estruturada com base em um determinado sistema social que forma um todo, isto é, uma totalidade histórica (BITTAR & FERREIRA, 2009, p. 502).

É nesse enfoque que pretendemos desenvolver o presente projeto de pesquisa, buscando estabelecer, por um lado, as múltiplas determinações que permearam o objeto de estudo aqui proposto e, por outro, as contradições presentes no processo histórico que caracterizou a política educacional constituída no regime civil-militar. Partimos do pressuposto de que muitos jovens foram educados e instruídos sob os princípios impostos pela conjuntura econômica e política que se estruturava no Brasil no contexto imposto pela ditadura civil-militar de 1964, cuja “[...] política educacional [...] provocou mudanças estruturais na história da escola pública brasileira” (BITTAR & BITTAR, 2012, p. 162). Assim, consideramos necessária e relevante o registro da experiência paranaense do período correspondente uma vez que a compreendemos como

¹ Das Escolas Polivalentes construídas na década de 1970, a que tivemos acesso, corresponde às unidades de Curitiba, bairro Boqueirão, inaugurada em 02/10/1972, sendo que se alocou em novo prédio em 1973, Londrina, inaugurada em 23/03/1976, Goioerê, inaugurada em 01/04/1976, Apucarana, inaugurada em 28/10/1976, Ponta Grossa, inaugurada em 19/03/1977. Em breve pesquisa foi possível constatar apenas 5 (cinco) da 9 (nove) instituições. Nossa hipótese é de que as 4 (quatro) escolas tenham passado por processo de alteração do nome, como inclusive existe um movimento nesse sentido com relação à Escola Polivalente de Ponta Grossa.



continuidade de um mesmo projeto educacional que se estabeleceu a partir da Reforma Capanema, tendo por objetivo a ampliação da escolarização básica de forma “interessada”².

Dessa forma, o problema de pesquisa que se propõe à investigação permeia a constituição desses estabelecimentos de ensino no Estado do Paraná, os quais foram concebidos a partir do acordo MEC/USAID, sendo um projeto posteriormente concretizado por meio da Lei nº 5.692/71 e que, entendemos, constituiu parte do projeto burguês de ampliação da escolarização básica no Brasil apresentando, por meio da concepção dominante daquele contexto histórico, alguns contraditórios avanços em termos de política educacional.

Para Bittar e Bittar, (2012, p. 162),

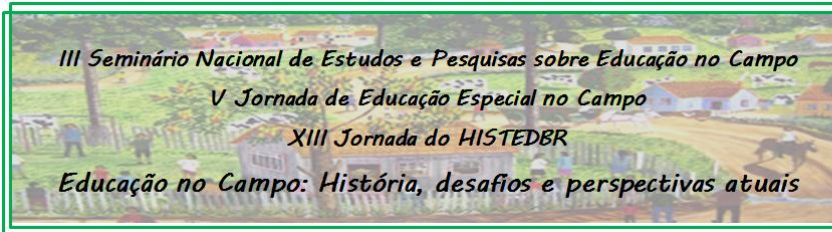
[...] tendo feito a Reforma ‘antes que os outros a fizessem’ [...] a ditadura militar editou também a reforma do ensino fundamental conhecida como Lei n. 5.692, de 1971, transformando o antigo curso primário, de quatro anos, e o ginásio, também de quatro anos, em oito anos de escolaridade obrigatória.

As autoras (BITTAR & BITTAR, 2012, p. 162) enfatizam ainda que essa reforma tinha por objetivo final “[...] conferir um novo caráter ao segundo grau de ensino, com o propósito de lhe conferir caráter terminal e de diminuir a demanda sobre o ensino superior [...]”.

Tal assertiva nos leva a considerar como de fundamental importância o estudo do presente objeto, pois embora seja foco de alguns estudos, não apresenta ainda dados específicos quanto aos resultados obtidos diante da política imposta pela legislação de 1971. Dessa forma, a dúvida a que se coloca é se, de fato, as chamadas escolas polivalentes atingiram os objetivos inicialmente propostos, ou seja, os egressos do então denominado 2º grau buscavam, via de regra, a continuidade dos estudos via ensino profissionalizante e, conseqüentemente, quais características evidenciaram-se no processo de implementação dos GOT’s paranaenses?

Nesse sentido compreendemos como de fundamental importância a configuração do contexto histórico e econômico do Paraná quando da implantação dos Ginásios de Orientação para o Trabalho, estruturados a partir do acordo MEC/USAID e

² Destacamos aqui a concepção gramsciana de escola interessada, sob a qual o capital determina objetivos específicos à sua estruturação, desenvolvimento e reestruturação, em detrimento ao desenvolvimento humano omnilateral.



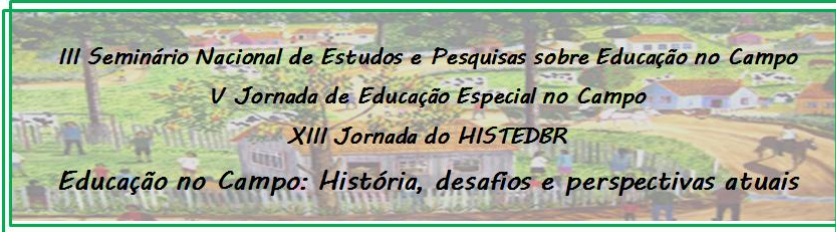
da Aliança para o Progresso, (uma vez que ainda na atualidade é um Estado sumariamente agrícola), a fim de compreendermos os motivos específicos para que fossem inicialmente construídos 9 (nove) estabelecimentos de ensino de acordo sob o projeto americano.

É salutar destacar que, para o contexto da época, os GOT's teriam uma forte responsabilidade na formação dos jovens como podemos conferir nas palavras de Gildásio Amado, “[...] principal mentor do novo tipo de ensino” (CUNHA, 2005, p. 170). Cunha enfatiza as palavras do autor,

O ginásio polivalente atende melhor que os ginásios diferenciados aos princípios de justiça em educação, em sua dupla expressão de acesso ao maior número possível de adolescentes ao ensino de segundo grau e de adequação do ensino às peculiaridades pessoais; atende ao objetivo de maior comunicação entre as classes, fazendo da escola não um reflexo da estratificação mas um instrumento de integração social; atende aos objetivos do progresso econômico, fazendo convergir para as ocupações a força jovem de trabalho, na medida de suas atividades pessoais e, portanto, garantindo o mais adequado aproveitamento da maior riqueza de um país, que são as potencialidades de sua juventude; atende, portanto, à pedagogia, ao desenvolvimento social, aos interesses da economia e, como síntese de todos os seus fins, ao ideal democrático de igualdade de direitos (AMADO, 1968, p. 156 apud CUNHA, 2005, p. 170).

O problema em questão nos instiga a buscar nos registros federais, estaduais, assim como escolares à concretização histórica da proposta, de forma a analisar a importância dessas instituições à vida educacional, política, social e econômica paranaense, ou seja, compreender quais foram os desafios, assim como quais foram as possíveis conquistas mediados pela política educacional da ditadura civil-militar.

Notadamente o projeto nacional-desenvolvimentista marcou a história da educação brasileira desde a década de 1920 em função do processo de industrialização pelo qual o Brasil passou a incorporar em função das necessidades do mercado capitalista estrangeiro. “A cronologia dos acontecimentos é reveladora da lógica economicista que presidia os objetivos propugnados pelos governos dos generais-presidentes “[...] a educação seguia a lógica dos interesses econômicos” (FERREIRA & BITTAR, 2008, p. 340-341). Tal bandeira ganhou apoio geral da sociedade, uma vez que o discurso em voga preconizava a necessidade da produção nacional e a prerrogativa de diminuição da política de importações, “[...] essa intensificação na



entrada de capitais foi vista e aceita como necessária à execução do projeto de desenvolvimento [...]” (RIBEIRO, 2010, p. 119). Saviani (2008, p. 293) afirma que “[...] em 1960 [...] já não dependíamos mais das manufaturas trazidas do exterior. A meta da industrialização havia sido atingida”.

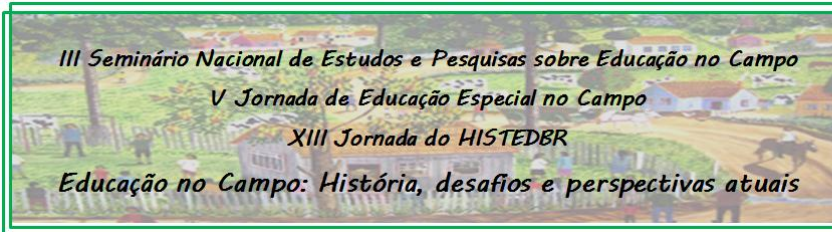
Os conflitos de interesse assim se instalaram ao mesmo tempo em que as empresas internacionais. Por um lado, a burguesia e as classes médias apresentavam-se satisfeitas, pois para estes “[...] a industrialização era um fim em si mesmo, para o operariado e as forças de esquerda tratava-se apenas de uma etapa” (SAVIANI, 2008, p. 293). Ou seja, para estas não bastava a mera implantação de indústrias, era necessário nacionalizá-las, além de, segundo Saviani (2008, p. 293), instituir o controle de remessa de lucros, *royalties* e dividendos, assim como organizar a reforma de base. Tais preceitos entraram em embate com os interesses do sistema vigente, sendo necessário estabelecer critérios a fim de frear a propagação da ideologia socialista.

Nesse sentido estabeleceu-se a união entre os empresários e os militares, instituindo-se o golpe civil-militar em 1964 a fim de “[...] assegurar a continuidade da ordem socioeconômica [...]” (SAVIANI, 2008, p. 294). Diante de tal contexto e influenciados pela teoria do capital humano a educação passa a ser um aspecto importante à efetivação do modelo de desenvolvimento pretendido, baseado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, de modo a torná-la objetiva e operacional, a fim de “[...] de se viabilizar o *slogan* ‘Brasil Grande Potência’” (FERREIRA & BITTAR, 2008, p. 336).

Para Ferreira e Bittar (2008, p. 343)

[...] os tecnocratas defendiam como pressuposto básico a aplicação da ‘teoria do capital humano’ como fundamentação teórico-metodológica instrumental para o aumento da produtividade econômica da sociedade. A tecnocracia brasileira era filiada aos ditames emanados da ‘escola econômica’ sediada em Chicago (EUA) e, portanto, afeita às teorias aplicadas à educação desenvolvidas por Theodore W. Schultz.

Nessa lógica, são pré-determinados os objetivos da educação nacional estabelecendo relações internacionais com vias ao desenvolvimento norte-americano em território brasileiro por meio do Plano Decenal Aliança para o Progresso, iniciativa



estadunidense que dotou os países da América Latina, entre estes o Brasil de recursos financeiros e técnicos voltados à educação, proclamados pelo então presidente Kennedy

[...] eu conclamo todos os povos do hemisfério a juntar-se em uma nova Aliança para o Progresso – *Alianza para El Progreso* - um vasto esforço cooperativo, sem paralelo em sua magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos por casa, trabalho e terra, saúde e escola – *techo, trabajo e tierra, salud y escuela* [...] Eu proponho que a república Americana dê início a um plano de 10 anos para as Américas, um plano para transformar os anos 60 na década do desenvolvimento (KENNEDY, 1961 apud RIBEIRO, 2006, p. 157-158).

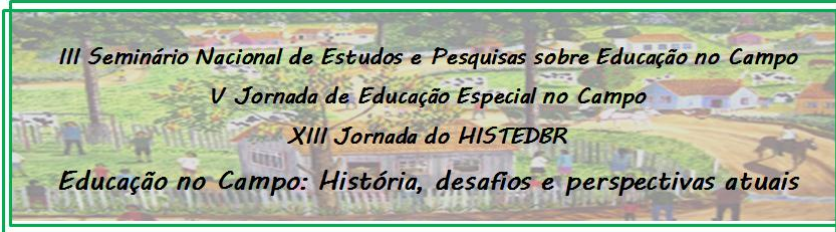
No mesmo ano, 1961, institui-se a United States Agency for International Development (USAID), tendo por função a mobilização do planejamento de ações para a efetivação do programa, o que, na educação, foi garantido por meio dos acordos MEC-USAID

Os acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. (CUNHA, 1999, p. 33).

Um dos acordos firmou-se em 30 de dezembro de 1966, denominado como

[...] acordo MEC-INEP-Contap-USAID, sob a forma de aditivo dos acordos para aperfeiçoamento do ensino primário; nesse acordo aparece, pela primeira vez, entre os objetivos, o de ‘elaborar planos específicos para melhor **entrosamento entre a educação primária, secundária e a superior**’ (CUNHA, 1999, p. 33 grifos nossos).

Esse acordo fora o estopim à organização da estrutura e funcionamento da educação brasileira estabelecida, entre outros encaminhamentos, por meio da elaboração e aprovação, “[...] sob a égide do ‘autoritarismo triunfante’[...]” (SAVIANI, 2006, p. 107-129) da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, a qual possibilitou a incorporação oficial da concepção tecnicista de educação, a fim de garantir o produtivismo em âmbito educacional. Nessa perspectiva é que a política educacional da ditadura canalizou esforços a fim de instituir o ensino profissionalizante. Para se garantir o “entrosamento” entre o ensino de primeiro e de segundo graus foram criados os GOT’s ou Ginásios Orientados para o Trabalho. Conforme Cunha, (1999, p. 62), os GOT’s foram planejados de seguinte forma

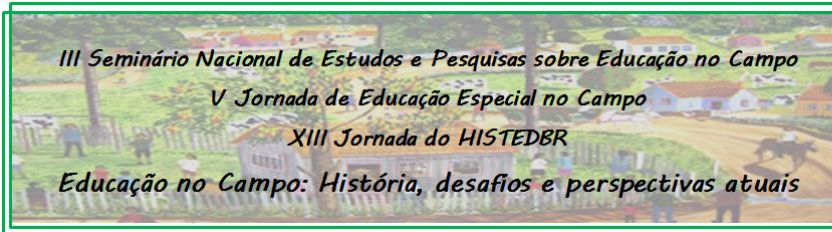


Nas duas primeiras séries do antigo ginásio predominavam as disciplinas de caráter geral, ao lado de disciplinas vocacionais, destinadas a sondar aptidões: artes industriais, ou técnicas agrícolas, conforme a economia da região onde o ginásio se localizasse. Nas duas últimas séries, aumentava a carga horária destinada às disciplinas vocacionais. Os alunos poderiam escolher entre dedicar-se às artes industriais, às técnicas agrícolas, às técnicas comerciais, à educação para o lar ou, ainda ao aprofundamento dos estudos gerais (CUNHA, 1999, p. 62).

O objetivo almejado focava-se na escolha pelos alunos, caso viessem a prosseguir seus estudos a um curso profissionalizante ofertado em nível de segundo grau, caso contrário, estariam, de qualquer forma, aptos à empregabilidade, uma vez que teriam passado por um rápido treinamento por quatro anos consecutivos. A compreensão de que a necessidade seria consolidar a formação de indivíduos treináveis às empresas, como também obterem êxito em qualquer escolha de profissionalização, tal como retratado por Cunha (2005, p. 170), fez-se presente no discurso da época quanto a seu objetivo que seria

[...] formar cidadãos treináveis, tão necessários ao desenvolvimento sócio-econômico que o país reclama. Preparar não só jovens, que possam, em período rápido de treinamento na empresa, se agregar à forças produtoras – caso venham a abandonar o ginásio – como propiciar aos que puderem continuar seus estudos efetivas possibilidades de êxito, qualquer que seja a orientação profissional que venham a adotar (CUNHA, 2005, p. 170).

Evidencia-se a preocupação em estabelecer o necessário preparo de mão de obra com poucos custos, ao mesmo tempo em que se objetiva massivamente a formação específica e aligeirada, sem preocupação específica com a completa condição material necessária, bem como certa confusão teórica nos pressupostos defendidos por Amado, (1969, p. 86), o qual garante que “[...] uma das características do ensino técnico nos ginásios orientados para o trabalho é a de que o ensino não é monotécnico. Não deve ser, para não favorecer a profissionalização prematura. É um ensino o politécnico”. Bittar e Bittar (2012, p. 163) ao analisarem a Reforma de 1971, via Lei n. 5.692, observam que ao se estruturar o ensino de primeiro grau de oito anos é perceptível que “[...] a expansão física das escolas foi uma característica dos 21 anos de ditadura”. No entanto as autoras defendem que tínhamos as “[...] escolas das camadas populares; a escola que funcionava em turno intermediário, com pouco mais de três horas de permanência na sala de aula, mal aparelhada, mal mobiliada, sem biblioteca,



precariamente construída [...]”. Diante dessa assertiva, reputamos a estrutura planejada para os emergentes Ginásios Orientados para o Trabalho, projeto este que contou com total apoio, técnico e financeiro estadunidense.

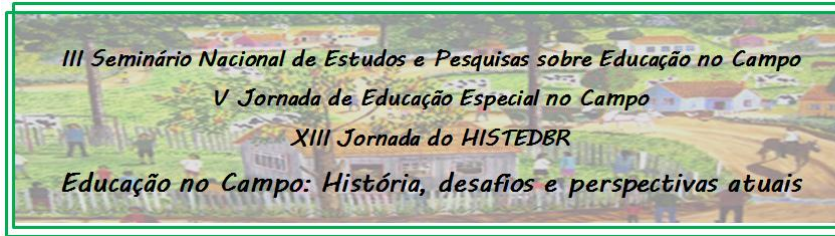
A USAID dispensou recursos, segundo Cunha (1999, p. 62) à construção de aproximadamente 600 GOT's, visto que destes, tal como afirmamos, 9 (nove) estavam previstos para atenderem ao Paraná. O projeto do plano decenal foi enfatizado pela imprensa paranaense da época, conforme aponta Matos (2008, p. 363)

ALIANÇA PARA O PROGRESSO FORMARÁ TÉCNICOS CATEGORIZADOS PARA A INDÚSTRIA PARANAENSE Em palestras proferiu na tarde de ontem na sede da Federação das Indústrias do Paraná o Sr. Arthur Fedelman, cônsul dos Estados Unidos para o Paraná e Santa Catarina divulgou importante informação a propósito da cooperação da aliança para o Progresso em favor do desenvolvimento da nossa indústria. Segundo o conferencista, o programa da “Aliança” está vivamente interessado em dar toda a cooperação necessária à formação de mão de obra especializada, do mais alto padrão, condição indispensável para o aprimoramento e maio extensão do parque industrial paranaense (GAZETA DO POVO 25/09/1962 apud MATOS, 2008, p. 363).

Lima e Cruz (1969, p. 33) defendem ainda que “[...] se um GOT pretende preparar um indivíduo para ‘trabalhar’ na comunidade, a fim de que o educando possa ter oportunidade de se preparar para neles atuar” de forma que “[...] essas atividades devem estar intimamente relacionadas com as atividades da comunidade em que a escola está inserida a fim de que não fiquem marginalizados os egressos da escola”, (LIMA & CRUZ, 1969, p. 33).

Percebemos a ausência de crítica frente aos ditames do imperialismo estadunidense ao mesmo tempo em que se tentou evidenciar ‘a boa ação’ norte-americana para o desenvolvimento nacional. Para os idealizadores os GOT's ofereceriam iguais oportunidades de desenvolvimento do potencial das crianças e jovens já que atenderia às suas características individuais, além de promover a integração de diferentes classes sociais. Segundo Cunha (2005, p. 173) esse último objetivo não se concretizou pois,

[...] esse tipo de escola falhou pelo tipo de aluno que pretendia atender. Em vez dos alunos oriundos das classes trabalhadoras, eles acabaram por atender a um contingente discente oriundo dos setores de mais alta renda das camadas médias, nas quais as concepções a respeito da educação eram mais propícias às inovações pretendidas. Ademais, o fato de que essas escolas



funcionassem em prédios novos, com instalações especialmente previstas e terem professores que fizeram cursos especiais, dotados de uma motivação rara, tornava-as notadamente atraentes para quem valorizava a dimensão propedêutica da escola, não sua formação para o trabalho (CUNHA, 2005, p.173).

Cunha evidencia que os GOT's foram frequentados não por filhos de trabalhadores, que sofriam (e ainda sofrem) exclusão do processo educativo, mas por filhos de indivíduos oriundos das classes médias. Percebemos neste argumento certa generalidade e consideramos que tal assertiva necessita de análise detalhada diante da realidade do Estado do Paraná. Faz-se necessário analisar a geografia regional dos municípios em que se construíram tais estabelecimentos escolares, ou seja, investigar a que classe social pertenciam os moradores próximos ao futuro estabelecimento de ensino, quais investimentos empresariais os municípios receberam concomitante à implantação da proposta educacional, quais os sujeitos estavam envolvidos nas 'negociações' em níveis estadual e municipal.

Para Germano (1993, p. 170)

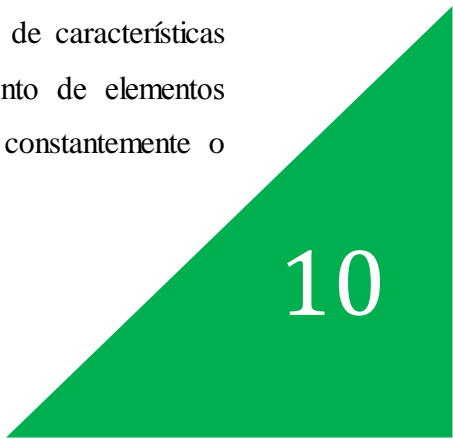
[...] muito embora significativos contingentes das camadas populares tenham tido acesso à escola, na verdade foi proporcionada a esses contingentes uma educação de segunda categoria, de baixa qualidade. Tanto é assim que as taxas de evasão e repetência mantiveram-se em níveis elevados (GERMANO, 1993, p. 170).

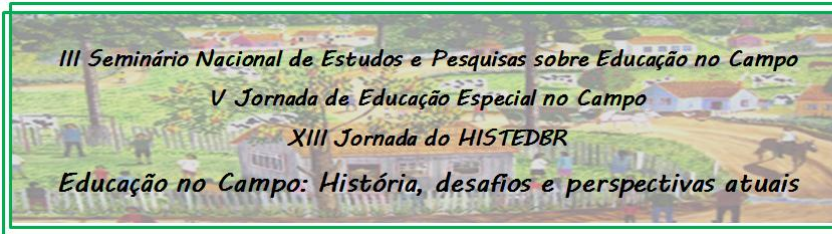
A afirmação do autor já foi possível de se constatar ao analisarmos alguns arquivos disponíveis em uma das escolas criadas com o objetivo de vocacionar para o trabalho, o que nos leva a, desde já, a refletirmos sobre as possíveis conclusões que chegaremos ao findar-se a pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Visamos desenvolver esta pesquisa sob o referencial teórico da abordagem quali-quantitativa, uma vez que, segundo Oliveira (2007, p. 59) na pesquisa qualitativa [...] uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas [...], sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento". No entanto, somos cientes de que o levantamento de elementos quantitativos nos dará a possibilidade em pensarmos e repensarmos constantemente o

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015





objeto da pesquisa, podendo ainda salientar que “[...] parte da noção de construção social das realidades em estudo, está interessada na perspectiva dos participantes [...]” (FLICK, 2009, p. 16), sem no entanto desconsiderarmos os números necessários à análise do objeto proposto.

Maria Marly Oliveira (2007, p. 59), cita Sílvia Oliveira para explicitar que as pesquisas de abordagem qualitativa

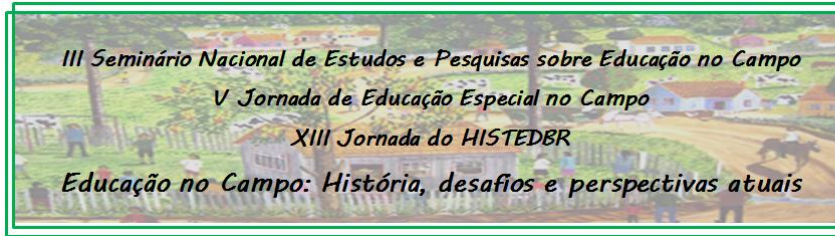
[...] facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 2007, p. 59).

Pretendemos assim por meio do presente estudo compreender a caracterização do objeto de pesquisa eleito em um dado contexto histórico e de uma determinada região, a fim de contribuir com a ampliação do conhecimento histórico-educacional. Entendemos que o processo histórico é construído e constituído pela ação humana em diferentes aspectos, ou seja, há necessidade em analisá-lo sob suas multideterminações, compreender, portanto, a necessidade em estabelecermos as relações entre os aspectos sociais, políticos econômicos, sociais e culturais.

Destarte, nossa investigação permeará o método dialético, pois a temática abordada necessita do estudo da realidade em movimento de forma a analisar a relação das partes com a totalidade, uma vez que

[...] a análise da sociedade só pode desenvolver-se na sua totalidade. A tarefa da ciência está orientada para a crítica dos interesses e para a emancipação do homem; não só questiona o que é ou como, senão o para que se tem de fazer ciência (GAMBOA, 2008, p. 35).

O conhecimento epistemológico por meio do qual pretendemos fundamentar o trabalho relaciona-se ao materialismo histórico-dialético, pois consideramos as contradições que se estabelecem na construção de objetivos educacionais, sendo que o problema em questão, por sua natureza, implica em ações político-ideológicas características da política educacional da ditadura civil-militar brasileira, pressuposto este, por meio do qual, concordamos com Bittar e Ferreira (2009, p. 504) ao afirmarem que



A concepção marxista de história parte do pressuposto de que a dependência das instituições superestruturais, em relação à base econômica que garante a existência material da sociedade, não deve ser compreendida de forma simplista, como um mecanismo que atua automaticamente.

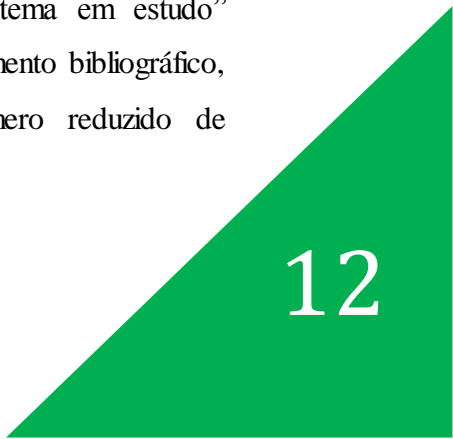
Contaremos com o recurso da pesquisa bibliográfica e documental, a fim de levantarmos elementos que nos deem condições de compreensão frente ao processo de implantação e implementação dos Ginásios de Orientação para o Trabalho no contexto das décadas de 1960 e 1970, de forma a relacioná-lo com uma possível articulação com as reformas Capanema, contexto este que também será nosso foco de estudos. Portanto, faremos uso dos arquivos inativos disponíveis nas escolas, (diários de classe, atas de reuniões, ofícios de solicitações, fichas de matrículas, regimentos escolares da época), processos de financiamento e construção dos GOT's, provavelmente arquivados na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, assim como nos Núcleos Regionais de Educação e as normativas legais “sugeridas” pelo Ministério da Educação e Cultura.

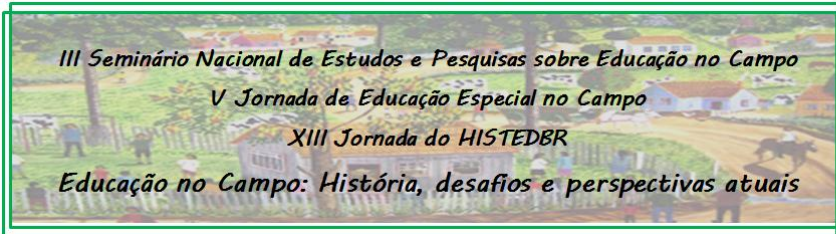
Pretendemos ainda fazer uso de entrevistas com os sujeitos envolvidos em nosso problema de pesquisa, ou seja, alunos que obtiveram sua formação no segundo segmento do 1º Grau nas escolas Polivalentes e dos professores e diretores que atuaram nesses espaços educacionais e que, porventura possam colaborar para com nossos estudos. Faremos uso, portanto de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, como meio de buscarmos informações consideráveis à resposta de nosso problema, pois

A entrevista pode ser definida como processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um roteiro de entrevista, constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida (HAGUETTE, 2001, p. 86).

Considerando o exposto, não poderemos deixar de considerar a importância da pesquisa bibliográfica para nosso estudo, uma vez que esta é caracterizada como “[...] uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico [...]” (OLIVEIRA 2007, p. 69), tendo como objetivo “[...] levar o pesquisador a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). Sabemos que não nos bastará o levantamento bibliográfico, uma vez que no Paraná as fontes apresentam-se sob um número reduzido de

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



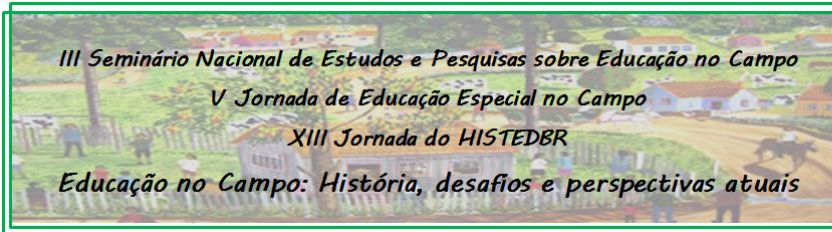


publicações, conseqüentemente faremos uso da pesquisa documental, a qual se caracteriza pela “[...] busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 69), ou seja, são as fontes primárias.

Ao propormos a presente pesquisa, pretendemos colaborar com a ampliação dos dados à história e historiografia educacional na medida em que buscaremos respostas às seguintes proposições, por meio da análise histórico-dialética:

- Quantos e quais foram os Ginásios Orientados para o Trabalho (Escolas Polivalente) construídos no Estado do Paraná de acordo com as orientações norte-americanas por meio do acordo MEC/USAID?
- Nas regiões em que as escolas Polivalentes foram instituídas, ofertavam-se cursos profissionalizantes na rede pública de ensino articulados às orientações dos ginásios?
- As escolas construídas apresentavam como objetivo o atendimento de que classe social especificamente? Qual classe usufruiu desses espaços educacionais, uma vez que a política implantada pela Lei n. 5.692, de 1971 não garantia a todas as escolas de 1º Grau as condições materiais adequadas e, nesse caso, foram mera e simplesmente adaptadas ao atendimento educacional?
- Quais os critérios considerados à construção das escolas modelo, em determinados municípios?
- Qual a concepção de trabalho evidencia-se à proposta dos GOT's?
- Os docentes que atuavam no segundo segmento do 1º Grau, compreendiam os objetivos a eles impostos pela política educacional daquele contexto histórico? Qual era sua formação para atuação, uma vez que era possível, segundo Lima e Cruz (1969, p. 49) “[...] aproveitar o auxílio de profissionais locais”.
- Os alunos egressos das escolas Polivalentes deram continuidade a seus estudos por meio do ingresso no 2º Grau, optando por uma profissionalização específica ou buscaram posteriormente ampliação de sua formação em nível superior?

Nossa hipótese recai sob a assertiva de que a política educacional instituída pela Lei nº 5.692/71, a qual efetivou a obrigatoriedade de escolarização a toda população entre 7 e 14 anos de idade, não obteve êxito, no Paraná, diante da proposta implementada para a segunda etapa do 1º Grau (5ª à 8ª séries), sob a perspectiva dos



GOT's, ou seja, tais instituições não vocacionaram para o trabalho, uma vez que as bases socioeconômicas do período permaneceram imutáveis.

REFERÊNCIAS

AMADO, Gildásio. Ginásio Orientado para o Trabalho. In: BRASIL. MEC, EPEM. **Subsídios para o estudo no Ginásio Polivalente**. Brasília, 1969. (BUSCAR)

ARAÚJO, José Alfredo de. A USAID, o regime militar e a implantação das escolas polivalentes no Brasil. **Revista de Epistemologia y Ciencias Humanas**. Rosario, santa Fe, n. 01, p. 51-61, out., 2009.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos CEDES**. Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set/dez, 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876.pdf>> acesso em 15 de jul de 2014.

_____. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 107, p. 489-511, mai/jul, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/10.pdf> acesso em 15 de jul. de 2014.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul/dez, 2012. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497>> Acesso em 15 de jul. de 2014.

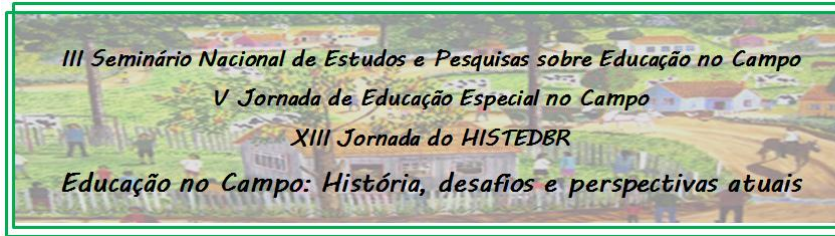
BUFFA, Ester. História e Filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI,, Décio JR. (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 10. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino Profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto alegre: Artmed, 2009.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2008.



GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

LIMA, Maria Helena de Albuquerque; CRUZ, Solange Barandier Nogueira da. **G.O.T.: uma nova concepção de Ensino Médio**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio: 1969.

MATOS, Eloiza Aparecida Silva Avila de. O programa “Aliança para o Progresso”: O discurso Civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: Simpósio Internacional Processo Civilizador. 11. , 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2008. p. 359-367.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 21.ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ed., Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime Militar. **Cadernos CEDES**. Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil-estados Unidos. **Perspectivas**. São Paulo, v. 30, p. 151-175. 2006.